

APRESENTAÇÃO

José Henrique Artigas de Godoy¹

Desde a década de 1990 o pensamento brasileiro vem ganhando espaço no campo das Ciências Humanas e Sociais. O olhar retrospectivo, recobrando teses de literatos, ensaístas e acadêmicos, seus contextos históricos, sociológicos e intelectuais, assim como o acompanhamento da trajetória de cada autor, sua formação, seu ambiente cultural, social e político, ajudam a reflexão tanto sobre o nosso passado quanto sobre o momento contemporâneo e ainda contribuem para a análise dos processos de construção da cultura, da cidadania e das instituições políticas no Brasil.

Os autores clássicos do pensamento brasileiro se assemelham na busca de uma definição sobre a nação e o povo, passando por temas e conceitos que se tornaram centrais desde o século XIX e o processo independentista, como a identidade nacional, os processos de mudança e modernização, a escravidão e a integração do negro na sociedade de classes, o antagonismo civilização e barbárie, o caráter nacional, a cultura política e a construção social e política da cidadania.

Este número 16 da revista CAOS apresenta o dossiê Pensamento Brasileiro abrindo espaço para que os estudantes de graduação, graduados e pós-graduandos de Ciências Humanas e Sociais apresentem seus trabalhos e resultados de pesquisas recentes.

Este volume é demonstrativo do importante espaço que os estudos sobre o pensamento brasileiro vêm ganhando entre os estudantes. Foram reunidos neste número artigos sobre clássicos do pensamento, como Gilberto Freyre, um dos três demiurgos do Brasil, segundo o antológico prefácio de Antonio Candido à *Raízes do Brasil*. No artigo de João Batista Peixoto da Silva o autor procura repassar a produção inicial de Freyre, tema alvo de vasta bibliografia, demonstrando conexões entre seus primeiros estudos sistemáticos, a exemplo de seu mestrado em Columbia, sobre a vida social brasileira no século XIX, e a elaboração de seu clássico maior, *Casa Grande & Senzala*. O objetivo é recompor os tempos de juventude de Freyre no exterior e no Recife nos anos 20 e 30, período em que Freyre formulou e escreveu seus mais importantes clássicos, como *Casa Grande, Sobrados & Mucambos* e ainda o antológico *Nordeste*. O artigo trata de período conhecido mas pouco divulgado da vida de Freyre e é fruto de pesquisa desenvolvida como trabalho monográfico de conclusão de curso.

Ainda sobre os clássicos “explicadores do Brasil” há um texto instigante e com notas inovadoras de Nilvanda Barbosa Dantas e Jean Carlo de Carvalho Costa. O artigo trata das

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

influências intelectuais existentes entre Euclides da Cunha e José Américo de Almeida. Há, segundo os autores, um conjunto de relações de aproximação entre os dois literatos ao retratarem o nordeste e o nordestino dos sertões, do agreste e do litoral, o praieiro, o lavrador e o vaqueiro, tipos característicos que se espalharam desde o período colonial e que marcaram a formação de uma cultura regional, nordestina em geral e paraibana em particular. O meio físico, tão presente na obra de Euclides, também interfere nas formas de vida dos paraibanos, de acordo com as descrições de José Américo. A definição dos tipos humanos descritos pelos autores leva em consideração a adaptação ao meio ambiente, ao agreste, ao sertão, recobrando aquilo que também se encontra em Gilberto Freyre, um certo determinismo geográfico, influenciado por teorias de miscigenação e de formação da cultura regional. Se há aproximações entre Euclides e José Américo, há também, por sua vez, distanciamentos, alguns dos quais levantados pelos autores do artigo, que apresentam informações iniciais de pesquisa de doutorado em desenvolvimento, daí o interesse redobrado em face da perspectiva original e ainda em processo de conclusão.

Também recobrando as conexões entre a literatura, o ensaio e a teoria sociológica e política, o texto de David Soares volta seu olhar para a obra política de José de Alencar, tão sobejamente lembrado como clássico da literatura romântica e tão pouco conhecido como influente político do Império, deputado, ministro de Estado e teórico da política. Seus textos políticos foram pouco estudados sistematicamente. Apenas recentemente algumas novas abordagens tratam de Alencar político e teórico, mantendo um grande manancial de informações ainda pouco explorado. O artigo de David é interessante não só por abrir caminho para um novo olhar sobre o personagem Alencar, mas principalmente por tratar-se de extrato de dissertação de mestrado em desenvolvimento e que vem demonstrando, no trato com as fontes primárias, como cartas e discursos parlamentares, o perfil diferenciado da política e das ideias do deputado cearense. Neste artigo há algumas indicações das posições de Alencar sobre o lugar do negro na construção da identidade nacional. O literato foi um dos mais contundentes críticos da política de emancipação dos escravos no Império, pois acreditava que os negros não estavam moralmente preparados para a vida livre e a cidadania. A escravidão seria uma forma de contato com outras raças, um contato civilizador. Uma vez civilizados, acostumados pelos costumes aos hábitos de comportamento do mundo moderno estes escravos africanos poderiam ser libertos de forma a integrar-se ao povo americano do Brasil, miscigenado de branco português e índio nativo. A ideia de que as origens do povo/nação brasileiro(a) remonta ao processo de miscigenação entre branco e índio está presente em praticamente toda a literatura romântica que procurou construir um passado áureo, mítico e edênico, forjado por meio de uma literatura heróica e epopéica que, geralmente, colocava o índio em contato com o branco de forma a construir a origem do amálgama nacional, daí em *O Guarani*, a união de Ceci com Peri, novo e velho mundo, civilização e barbárie envolvidas em uma miscigenação

originária do povo/nação. Embora Alencar afirmasse, como os demais românticos indigenistas, que as origens do povo residiam na miscigenação de brancos e índios, simplesmente eliminando a notável presença de negros na Colônia e no Império, renunciava, por outro lado, a possibilidade de um novo amálgama a constituir o povo e a nação após findado o processo civilizador da escravidão. O negro, portanto, tem espaço reservado na construção futura da identidade nacional para Alencar. É importante notar que ele jamais defendeu a ordem escravocrata, não obstante tenha sido contrário às leis emancipacionistas. Alencar acreditava que a escravidão seria um mal necessário para concluir o processo civilizatório e integrativo do negro na sociedade brasileira. Neste sentido, embora seu argumento se aproxime de Aristóteles, acreditava ser possível o aperfeiçoamento moral do escravo negro de forma a torná-lo capaz e preparado para a vida civil, a submissão à escravidão, portanto, não era da natureza do escravo. Uma vez integrados, os negros poderiam gozar das mesmas prerrogativas dos demais cidadãos brasileiros. Este processo, para o autor, estava ocorrendo lentamente, as relações de afeição e cordialidade entre senhores e escravos demonstravam que a civilização e a integração social estavam se fazendo naturalmente.

Mesmo tendo sido a lei do Ventre Livre elaborada e aprovada pelos líderes de seu partido, o conservador, José de Alencar manteve-se na oposição. Era contra a emancipação ou abolição nos moldes legais, defendia o processo natural de transformação do escravo em cidadão, do bárbaro em civilizado, do negro em componente intrínseco do povo, elemento auxiliar na construção da identidade nacional. Neste sentido, Alencar garante espaço antes alheio aos afrodescendentes nas versões indigenistas românticas e também nas versões consagradas pela historiografia oficial de até então. Alencar viveu um período em que as instituições nacionais estavam se formando e, com elas, buscava-se construir, mesmo em face das disparidades étnicas, raciais e regionais, uma identidade que integrasse o povo e a nação, representando a unidade e a independência por meio das instituições e da soberania sobre o território.

O debate sobre a construção da identidade, das instituições e do povo, presentes nas obras, cartas e discursos de Alencar, tem claramente influência do pensamento Saquarema, ligado aos próceres das fileiras conservadores do período do regresso, que começou com a regência Araújo Lima e se concluiu nos primeiros anos da década de 1840, com a recentralização monárquica. A trindade Saquarema, constituída pelo Visconde do Uruguai, por Itaboraí e por Eusébio de Queiroz, definiu as bases das reformas que consolidaram o arcabouço burocrático do Estado monárquico. As ideias do regresso influenciaram Alencar de tal forma que ele poderia ser classificado como membro daquela que seria a segunda geração Saquarema, das décadas de 1860 e 1870, sucessora da primeira geração, que se construiu politicamente nos anos 1830, sob o panorama da descentralização regencial e se consolidou nos anos 1840 com o regresso, a lei de interpretação do Ato Adicional e a formação do Partido Conservador. Embora os conservadores tenham participado

ativamente dos governos da conciliação, foi apenas em 1868, com a ascensão do gabinete Itaboraí, que teve Alencar à frente do Ministério da Justiça, que o grupo Saquarema retornou plenamente ao poder. Mesmo com a troca de Gabinetes, foram os conservadores que elaboraram e aprovaram na Assembléia Geral o Ventre Livre sob a batuta do Visconde do Rio Branco. Se, do ponto de vista das ideias Alencar teria representado uma segunda geração Saquarema, essa seria sucedida por uma terceira, que teve importância intelectual decisiva, composta, entre outros por Alberto Torres e seu discípulo mais famoso, Oliveira Vianna. O primeiro, antes de Freyre, seguiu as ideias de Franz Boas e defendeu a construção da identidade nacional a partir da afirmação do perfil miscigenado do brasileiro, fazendo o elogio de “nossas raças”, já o segundo, se aproximou mais das vertentes conservadoras do IHGB, como a de Sílvio Romero, propondo o branqueamento como única forma de regeneração e superação dos atavismos próprios da barbárie. Vê-se, portanto, que o debate sobre a identidade nacional e o lugar do negro na sociedade que emergia do século XIX foi central desde o final do período imperial até, pelo menos, os anos 30 do século XX. Tratar de Alencar, Freyre e do lugar do negro na construção da identidade nacional remete a temas ainda persistentes, que dão atualidade ao debate e permitem um diálogo entre os diversos autores do pensamento brasileiro.

A integração do negro na sociedade de classes, a ideologia da democracia racial e a auto-imagem do brasileiro, do negro e do mulato são alvo do texto de Ana Lúcia Muniz Rodrigues, que usa o filme “Rio: Zona Norte”, de Nelson Pereira dos Santos, para empreender uma reflexão acerca do lugar do negro na sociedade brasileira e da auto-imagem construída do brasileiro. Para tanto, a autora mobiliza um longo manancial de clássicos do pensamento brasileiro, desde Freyre, passando pelas construções teóricas e empíricas do antológico Projeto UNESCO, citando, entre outros, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Charles Wagley, Costa Pinto, Oracy Nogueira, Donald Pierson e Thomas Skidmore, sem deixar de lado as contribuições preciosas de teses e autores contemporâneos como Antonio Sérgio Guimarães, Lilia Schawrcz, Renato Ortiz e Marcos Schor. Sem dúvida é um passeio por parte significativa da bibliografia sobre o tema da posição do negro na construção da identidade nacional.

A questão da imagem do negro e das dificuldades encontradas pelos ex-escravos de se afirmarem perante uma sociedade pós-escravocrata preconceituosa é tema do artigo de Arthur Silveira Guimarães e Matheus Silveira Guimarães. Os autores discutem a identidade nacional construída a partir do futebol como elemento de unidade e representação cultural do brasileiro no mundo. O futebol é visto como um espaço privilegiado no qual os negros forros tiveram a oportunidade de afirmação e ascensão social. A ideia da integração do negro por meio do futebol é perpassada a partir da trajetória de Arthur Friedenreich. Filho de escrava negra e de um alemão, Friedenreich tornou-se o mais famoso jogador de futebol de sua geração, em um momento em que o jogo se construía como símbolo pátrio da identidade do povo brasileiro. De esporte bretão de

aristocratas brancos, a rápida disseminação do futebol permitiu que ele se transformasse no mais popular esporte nacional. Na virada do século XIX para o XX o Brasil se tornava o país do futebol e também da miscigenação, da suposta relação harmoniosa entre negros e brancos, forjando assim uma ideologia que tendeu a reforçar a tese da democracia racial gilbertiana, encobrendo as desigualdades por meio da exaltação de exemplos supostamente representativos da harmonia social e racial do brasileiro. Ao mesmo tempo em que o preconceito continuava grassando no país, o futebol servia como espaço de subversão no qual os mulatos tinham chances reais de ascensão e integração. O argumento dos autores passa pela verificação da influência da tese da democracia racial de Freyre, mas também expressa, trilhando o caminho de Florestan Fernandes, os meios pelos quais os negros e mulatos passaram a ocupar definitivamente espaço social relevante na sociedade brasileira.

Clássico maior da sociologia brasileira, Florestan Fernandes de fato não poderia deixar de constar desse pequeno dossiê sobre o pensamento brasileiro. Além de aparecer nos artigos sobre a integração do negro na sociedade brasileira, também está presente, embora de forma implícita, no texto de Fabiano Silva acerca dos primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil. O autor recupera os trabalhos fundadores de dois discípulos de Florestan, autores representativos da chamada escola sociológica paulista, Marialice Foracchi e Octávio Ianni. O artigo trata do caminho intelectual e metodológico que levou estes autores clássicos a formular suas questões na década de 1960, quando pela primeira vez os estudantes e a juventude ganhavam protagonismo e se tornavam um segmento politicamente relevante. O argumento do autor dá atenção à recepção da obra de Karl Mannheim, que influenciou os autores e ainda hoje influencia os estudos sobre o pensamento brasileiro.

Este conjunto de artigos, embora relativamente heterogêneos, possuem uma certa unidade, tratam de autores clássicos do pensamento brasileiro, versam sobre temáticas e autores consagrados sem perder o foco da contribuição que os estudos do pensamento podem dar para a reflexão contemporânea e para o aprofundamento do conhecimento sobre a sociedade, a cultura e a política no Brasil.

Saindo do campo do pensamento brasileiro, sem contudo se distanciar da teoria política, o artigo de Elton Bruno de Oliveira, Erygeanny Lira e Marcelo Soares é um ótimo exemplar de reflexão crítica a partir de clássicos do pensamento político. Dialogando com autores como Maquiavel, Montesquieu e Weber, o artigo trata de tema recorrente, a ética e a política. Panorâmico sem ser demasiadamente superficial, o texto propõe uma reflexão sobre as formas de exercício do poder e execução da justiça, retomando a ideia maquiaveliana de *virtu* e o equilíbrio entre a ética da convicção e da responsabilidade de Weber.

Também no campo da teoria, a revista CAOS tem o prazer de publicar artigo de Francisco

Olivos Ravé, da Pontifícia Universidade Católica do Chile, que apresenta sua contribuição aos estudos sobre teoria sociológica e política ao refletir sobre a construção do capital social a partir de um estudo empírico feito na pequena comunidade de Curepto Urbano, no Chile, após os desastres promovidos pelo terremoto de fevereiro de 2010. É também um trabalho resultante de esforço de pesquisa, o que é sempre interessante divulgar, pois permite geralmente a apresentação de abordagens e informações inovadoras.

A revista se completa com dois artigos correlatos, desenvolvidos como resultado de trabalho de estágio de estudantes de Ciências Sociais junto a escolas públicas de João Pessoa, na Paraíba. A introdução recente do curso de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba é um fator de estímulo à reflexão sobre os rumos da implantação da Sociologia no ensino médio. Neste sentido, os trabalhos apresentados procuraram retratar alguns aspectos observados em estágios de vivência nas escolas, tratando de temas que passam pelas carências da infra-estrutura, pelo quadro variado de comprometimento dos docentes com as escolas, pelo tipo de envolvimento da unidade escolar com a comunidade do entorno, pela questão da segurança, da violência e do combate às drogas, pela precariedade social dos alunos, etc. O primeiro artigo, de Ivana Bastos e Fernando Neri, é uma pequena etnografia feita em uma escola pública estadual da cidade de João Pessoa com o intuito de refletir sobre o cotidiano da unidade de ensino e a introdução de novas disciplinas curriculares, a exemplo da Sociologia no ensino médio. O texto é repleto de críticas à administração escolar, à falta de infra-estrutura e, em alguns aspectos, reflete a precariedade e até mesmo violência a que estão submetidos os alunos, professores e funcionários de algumas escolas públicas. São destacados não apenas problemas infra-estruturais, mas também a variadas formas de uso privado dos recursos públicos, seja por meio da incompetência ou irresponsabilidade administrativa do corpo burocrático, seja pela existência de valores que expressam o persistente patrimonialismo e uso político-partidário da máquina estatal, como se verifica na constatação da existência de funcionários “fantasmas”, ou seja, aqueles que recebem pela escola mas não prestam serviços públicos, sequer aparecem na unidade para recolher seus contracheques. Essa realidade pode parecer um descalabro circunstancial e localizado, não obstante, recentemente, ao inaugurar os trabalhos legislativos da Assembléia paraibana, o governador recém empossado denunciou a existência de mais de mil contratados irregularmente junto ao governo estadual, inclusive destacou fraudes envolvendo pessoas já falecidas que tinham seus salários pagos mensalmente pelo governo estadual e centenas de funcionários que, indicados pelo governador ou pelo secretário de estado, recebiam pela secretaria de educação sem, de fato, jamais terem trabalhado nas funções estabelecidas pelos contratos.

Bastos e Neri constataram, a partir do recolhimento de informações com funcionários e professores da escola, a vigência de irregularidades administrativas em acordos com empresas

privadas, a ocorrência de violência policial dentro da unidade de ensino, entre outros problemas de alta gravidade e que, certamente, influenciam o ambiente escolar e prejudicam o desempenho regular e adequado de suas atividades.

Frente a tal panorama de aparente descaso e em face de inúmeras irregularidades administrativas destacadas, o diagnóstico dos autores é que sem uma escola minimamente preparada para receber dignamente e com estrutura seus alunos, sem o envolvimento de pais e comunidade do entorno, sem alunos e professores estimulados, sem uma administração responsável e democrática e sem o controle administrativo e financeiro por parte da sociedade civil e do poder público, não será viável a construção de uma educação pública de qualidade que prepare os jovens para a vida adulta e para a cidadania. Cidadania deveria ser aprendida e exercida na escola, não obstante, esta se apresenta, por vezes, como espaço de descaso, de abandono e de corrupção. Após traçar um panorama nada alentador para quem está começando agora a entrar em contato com o futuro ambiente de trabalho do licenciado em Ciências Sociais, por fim, os autores voltam a Adorno para contemplar uma educação libertária como referência para a construção do conhecimento crítico e da cidadania, e a Weber, indicando que a estrutura escolar em boas condições e qualidade do ensino são elementos decisivos para um verdadeiro projeto educativo.

O outro artigo fruto de estágio de vivência do curso de Ciências Sociais da UFPB realizado em escola pública, de Josilene Souza e Paula Rego, também foca os problemas e desafios da escola, detendo-se mais especificamente no processo de implantação da Sociologia no segundo grau. A vivência na escola, entretanto, pode explicitar um conjunto de outros fatores influentes às dificuldades de implantação das novas disciplinas do currículo obrigatório do ensino médio. Um desses fatores que intervém negativamente para a formação dos alunos da escola pública em geral e, naturalmente, reflete na efetividade do ensino de Sociologia é o fato de que dois terços dos alunos matriculados a partir do segundo ano do ensino médio não concluem seus estudos na escola observada. O destaque feito pela diretora da unidade de ensino associa o abandono escolar à necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho. Este é, portanto, um fator que transcende o ambiente da escola mas intervém decisivamente para o desempenho desta e, principalmente, para a efetividade e eficácia da escola e do processo educativo como um todo.

Outro fator interessante indicado no artigo diz respeito ao descaso com a disciplina de Sociologia, visto que ela ainda não consta do processo vestibular seriado ou do ENEN, o que desestimula o estudo dos alunos, excessivamente voltado para as seleções para as Universidades.

Outro aspecto destacado e que pode ser exemplar para uma reflexão sobre as condições infra-estruturais das escolas e o aproveitamento do ensino diz respeito às mudanças verificadas na unidade estudada pelas autoras. A biblioteca, abandonada e inadequada, foi revitalizada e reformada, tornando-se um espaço atrativo para os alunos. Em seguida, especialmente os alunos do

ensino médio, passaram a usar constantemente o espaço e os livros da biblioteca. Esta verificação pode ser exemplar, já que ratifica o que todos já sabem há anos, quanto melhor a infra-estrutura da escola, melhor a qualidade, o aproveitamento e eficácia do ensino e da educação.

Com esses artigos a Revista CAOS mais uma vez apresenta trabalhos de estudantes que vêm desenvolvendo pesquisas relevantes dentro e fora da Universidade Federal da Paraíba. Esta edição estimulou a produção discente de textos sobre o tema do Pensamento Brasileiro e incluiu artigos de teoria sociológica e teoria política, envolvendo uma autoria estrangeira publicada originalmente em espanhol, além de trabalhos que refletem o cotidiano das Ciências Sociais, a carreira de professor e a introdução da Sociologia como disciplina regular dos currículos escolares do ensino médio.